

ORGANIZAÇÕES DE LAVRADORES E O PNAE: O CASO DE TURMALINA NO VALE DO JEQUITINHONHA MINEIRO

Autor(es):

Ana Jacqueline Sales Santos – mestranda UFMG/Unimontes (quele.sales@bol.com.br);

Flávia Maria Galizoni – UFMG (flaviagalizoni@yahoo.com.br);

Eduardo Magalhães Ribeiro - UFMG (eduardomr@pq.cnpq.br)

Grupo de Pesquisa: Agricultura Familiar e Ruralidade.

Resumo

Situado na região do Alto Jequitinhonha, o município de Turmalina é um exemplo de captura e gestão de políticas públicas. Para alcançar essa efetiva eficiência na gestão, especificamente no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, alvo desta pesquisa, foi necessário um longo processo de construção de uma sociedade civil organizada. Esta teve seu desencadeamento com processos históricos específicos da região, a partir de programas desenvolvimentistas estatal que concederam vastas áreas de terras, em ambientes de chapadas, à empresas monocultoras de eucalipto e café. O que gestou intensos conflitos com agricultores familiares tradicionais que há séculos detinham a posse costumeira dessas áreas. A perda de um espaço que fazia parte da relação socioproductiva dessa população limitou um modo de vida que interferiu drasticamente nas condições de sobrevivência, levando-os a buscar alternativas para se manterem em suas terras. Uma dessas, se não a principal alternativa, foi a mobilização e organização dessas populações que passaram ao campo do embate direto e indireto com o setor privado e o estado. Em Turmalina a organização da base se fortaleceu e consolidou-se em duas instituições o CAV (Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica) e AFTUR (Associação dos Feirantes de Turmalina) que são referência e apoio aos agricultores familiares no município. Juntamente a outras instituições, como a EMATER e Sindicato dos Trabalhadores Rurais, formam uma rede com ampla participação de toda esfera da sociedade, que atuam conjuntamente consolidando uma gestão social das políticas públicas.

Palavras-chave: PNAE, agricultura familiar, Jequitinhonha.

Abstract

Situated in the Alto Jequitinhonha region, the municipality of Turmalina is an example of capture and management of public policies. In order to achieve this effective management efficiency, specifically in the National School Feeding Program - PNAE, which was the target of this research, a long process of building an organized civil society was necessary. This was triggered by specific historical processes in the region, from state development programs that granted large areas of land in plated environments to eucalyptus and coffee monoculture companies. This has led to intense conflicts with traditional family farmers who for centuries had the customary possession of these areas. The loss of a space that was part of the socio-productive relationship of this population limited a way of life that interfered drastically in the conditions of survival, leading them to seek alternatives to stay on their land. One of these, if

not the main alternative, was the mobilization and organization of these populations that came to the field of direct and indirect conflict with the private sector and the state. In Turmalina the organization of the base was strengthened and consolidated into two institutions the CAV (Alternative Agriculture Center Vicente Nica) and AFTUR (Association of Tournament Feirators) that are reference and support to family farmers in the municipality. Together with other institutions, such as EMATER and the Union of Rural Workers, they form a network with broad participation of all spheres of society, which work together to consolidate a social management of public policies.

Key words: PNAE, family farming, Jequitinhonha.

1. Introdução

Localizado Alto Jequitinhonha, no nordeste de Minas Gerais, o município de Turmalina é um exemplo de como se constituiu um campo de embate entre projetos político/ideológico para o desenvolvimento de territórios rurais. Este contexto se acentuou com a implantação por parte do estado, a partir da década de 1970, de ações desenvolvimentistas, essas ações se contrapuseram a outras formas socialmente construídas a partir da interação secular entre população e natureza. Situação que culminou em um processo de mobilização e organização de parte da sociedade civil em prol da manutenção de um modo de vida, reivindicações de direitos e políticas públicas.

Este artigo é fruto de uma pesquisa de dissertação, cujo trabalho de campo ocorreu durante os meses de setembro a novembro de 2016 e teve como seus objetivos: compreender como se processa a gestão do programa do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município, especificamente a compra de produtos alimentícios da agricultura familiar local; e os impactos para as comunidades de agricultores familiares. Utilizou-se como metodologia a escolha de pessoas e instituições chaves (escolas estaduais, prefeitura, agricultores familiares, Sindicato de Trabalhadores rurais, Emater e Associação de feirantes) que interagem com o PNAE. Como instrumento para se alcançar os objetivos realizou-se entrevistas em profundidade, com a utilização de roteiro e questionário semi-estruturado no intuito de conduzir a conversa.

A investigação em campo revelou que há no município uma gestão social compartilhada dessa política pública, percebida através do processo histórico e político de mobilização, luta e construção de uma organização de lavradores que se institucionalizou e materializa na constituição do Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV) uma organização não governamental de base camponesa, e da Associação de Feirantes de Turmalina (AFTUR). Estas são instituições consolidadas e fundamentais na interlocução, poder público e sociedade civil, dando a esta subsídio e legalidade em suas ações de enfrentamento, superação das dificuldades, captura de recursos e políticas públicas, fortalecendo a agricultura familiar local.

2. Políticas públicas e organizações de agricultores

Na segunda metade do século XX o país vivenciou profundas transformações, sendo um momento de certa euforia com intensa urbanização e modernização conservadora da agricultura. Com a promoção e favorecimento das atividades do setor industrial e a implantação da "revolução verde" no campo, o país alterou sua paisagem atribuindo novas funcionalidades capitalistas aos espaços urbanos e rurais. Os programas de governos,

principalmente federal, propagandeavam uma grande necessidade do desenvolvimento econômico e social do país. Uma série de programas, projetos e planos nacionais passaram a ser elaborados e executados no intuito de concretizar o desenvolvimento propagandeado. A “modernização agrícola” ou “revolução verde” concedeu investimentos em regiões rurais sob o argumento de proporcionar um aumento da produtividade. Entretanto estes investimentos não representaram um desenvolvimento para todo o rural e nem distribuição de renda. Em geral beneficiou indústrias siderúrgicas e grandes proprietários de terra, promovendo a expulsão e expropriação de terras dos posseiros, lavradores das regiões rurais (MOURA, 1988, P.51). Neste período, observou-se no país uma efervescência de conflitos agrários impulsionados por esses projetos modernizadores/desenvolvimentistas promovido pelo Estado, que esbarrou e expropriou sistemas camponeses de direitos costumeiros e domínio sobre a terra.

José de Souza Martins (1981) foi um autor importante para contextualizar trajetórias políticas de lavradores, posseiros e famílias de agricultores na luta por acesso à terra. Martins analisou processos históricos que desencadearam movimentos sociais de base camponesa e como estes se articularam na luta comum pelo fim da expropriação territorial a que estavam sujeitos e por acesso à terra, como saíram da invisibilidade e conseguiram construir projetos de futuro.

Martins (1986) revelou principalmente que a luta desses sujeitos sociais em busca de direitos à terra é árdua e longa no Brasil, pois sempre foram relegados à marginalização e reprimidos em suas diversas manifestações, quase sempre, dirá Martins, pelo exército brasileiro e em muitos eventos massacrados. Essa questão já havia sido retratada por Euclides da Cunha nos “Sertões” ao realizar a cobertura da Guerra de Canudos e revelar tamanha repressão do exército para com os “revoltosos” camponeses. Facó (1976) e Melo (2012) também apontaram os movimentos de banditismo e fanatismo como fenômenos de caráter social de resistência camponesa. Estes movimentos seriam frutos de resistências a um sistema monocultor e latifundiário onde a estrutura e a ordem social excluía uma imensa massa de famílias de agricultores.

MEDEIROS (2002) também analisou o percurso histórico dos movimentos sociais em torno da luta pela terra no Brasil, traçando sua trajetória em dois períodos: na ditadura militar e na redemocratização até década de 1990. Neste recorte apresentou o processo de formação territorial de nosso país, que se baseou em um sistema respaldado na concentração fundiária, demarcando duas categorias opostas. De um lado o latifundiário na figura do fazendeiro, proprietário de terras, e no outro extremo o camponês na figura do trabalhador rural desprovido de terras ou em posse de uma pequena parcela. Segundo a autora são diversas as formas de acesso à terra e de trabalho o que influenciou na construção das categorias de sujeitos (meeiro, diarista, foreiro, agregado, parceiro). Assim como são diversas as causas e lutas que a partir do momento em que mais de um indivíduo ou grupo se sentem acuados por alguma ação ou tem seus direitos violados, inicia-se um movimento de debate e mobilização em torno de uma causa comum. Portanto, para a autora surge aí a necessidade de unir forças e criar linguagem comum, onde a sociedade civil busca se organizar, gestando assim, capacidade de realização e transformação da realidade em que vivem através do embate direto ou indireto.

O processo de politização desses movimentos sociais ganhou corpo com a institucionalização em sindicatos de trabalhadores rurais, organizações e movimentos com o apoio de outras instituições, como a igreja católica e partidos políticos, que visavam transformar a velha ordem estrutural de base fundiária concentrada. Machado (2012) em sua obra traz uma reflexão do percurso histórico e político das ONGs que nascem da atuação da ONU na década de 1940 como estratégia do próprio sistema capitalista em amenizar suas

contradições, visando a superação da pobreza nos países ditos “terceiro mundo”. Portanto as ONGs possuíam o papel de intermediárias, recebendo recursos financeiros de órgãos públicos para execução de projetos de interesse social.

A partir do momento em que a sociedade civil se organizou em torno de movimentos sociais e conquistou a redemocratização política do Brasil, encontrou nas ONGs forma de capturar recursos públicos em prol de suas causas. E é deste projeto democratizante, participativo que nasce, conforme Machado (2012) as “ONGs cidadãs” as quais carregam esta ideologia que se institucionaliza a partir da luta da sociedade civil organizada.

3. Desenvolvimento e gestão social

A partir do ano 2000 houve no Brasil uma tendência de mudança dos investimentos públicos e uma busca por consolidar direitos sociais. Este cenário foi decorrente, como exposto anteriormente, de fortalecimento de vários movimentos sociais nas décadas a partir do final dos anos 1970, os quais trouxeram para a pauta política brasileira a caótica situação de desigualdade social instaurada no Brasil. Foi um período onde proliferavam nas cidades protestos e greves de trabalhadores reivindicando melhores salários e condições de trabalho. Já no campo a luta se dava pelo direito a terra. Estes movimentos sociais construíram trajetória de lutas por melhores condições de vida e por garantia de seus direitos.

Concomitantemente à pressão dos movimentos sociais, houveram também intensos debates críticos em torno da temática desenvolvimento, que havia se tornado carro chefe de políticas para a promoção do desenvolvimento econômico das nações. Esta concepção designou principalmente desenvolvimento como um estágio de evolução e progresso econômico que um país podia alcançar, como expresso por Ortega (2008).

Por volta da década de 1990 afloraram intensos debates que questionavam o modelo desenvolvimentista de progresso e crescimento econômico, pois estes não foram capazes de solucionar grandes problemas sociais e ambientais gerados por um modelo industrial-produtivista-consumista. O conceito de desenvolvimento ganhou maior amplitude conceitual em que bem-estar, qualidade de vida, justiça social e justiça ambiental passam a quesitos imprescindíveis para um país alcançar uma maior “homogeneização social” (FURTADO, 1990).

A crítica baseava-se principalmente na postura do estado que, em seu caráter centralizador, traçava políticas públicas de abrangência ampla (de cima para baixo), concatenadas a grandes projetos desenvolvimentistas. Pois as políticas públicas que eram formuladas por técnicos da esfera superior do governo e executadas nas localidades, desconsiderava as singularidades dos lugares. Assim, a incapacidade de solucionar questões às quais essas políticas se destinavam, surgiu do impasse da amplitude desses programas frente a vários fatores expressos na diversidade local – gestão, arranjos produtivos e poder organizacional - que eram desconsiderados na implantação de políticas públicas.

Da necessidade de reverter este quadro emergiu a temática territorial buscando construir uma maior descentralização nas políticas públicas do estado. Gradativamente foram sendo criados vários programas visando amenizar o quadro de exclusão social dentro do nosso país. Esses investimentos foram bem mais expressivos a partir do ano 2003 com o governo Lula, quando foram criadas ou ampliadas as iniciativas para a área rural e agricultura familiar com maior ênfase ao sistema produtivo local, por exemplo, Luz para Todos, a expansão do Programa Nacional de Fortalecimento de Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Apoio à Infraestrutura dos territórios rurais (PROINF), Programa de Aquisição de Alimento (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Para Tenório (1998) as políticas públicas são influenciadas em grande partes por uma lógica de mercado – gestão estratégica – que enfatiza o indivíduo em detrimento do coletivo. O estado que geralmente adota este tipo de gestão estratégica constrói uma visão deturpada das realidades locais por adotar discursos de orientação que, parte das vezes inibe o processo participativo de construção dialógica com a população. Isso pode comprometer ações de políticas públicas que na maioria dos casos quando se estabelecem nos territórios não condiz com a realidade ou cria tensões. O autor além de criticar a teoria tradicional, defende uma mudança de posicionamento governamental quanto às políticas públicas, ou seja, as ações do governo frente a população não deveria ser pautado por uma ótica da gestão estratégica, mas buscar caminhos que vão de encontro a uma política mais participativa, na busca por uma gestão social. Para Tenório (2008) gestão social pode ser entendida:

Como processo gerencial dialógico em que a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação (ação que possa ocorrer em qualquer tipo de sistema social – público, privado ou de organizações não governamentais). O adjetivo social qualificando o substantivo gestão será entendido como espaço privilegiado de relações sociais no qual todos têm o direito à fala, sem nenhum tipo de coação (TENÓRIO, 2008, apud CANÇADO, at all, p.688)

França Filho (2007) chama a atenção para complexidade do conceito de gestão social, lembrando que é um termo que está em construção, que muito tem sido banalizado pelas suas mais variadas interpretações, mas ressalta a sua importância para maior efetivação das políticas públicas. Para o autor o termo gestão social vêm sugerir desse modo que, para além do Estado, a gestão das demandas e necessidade de grupos sociais podem se dar também através das suas mais diversas formas e mecanismos de auto-organização. França Filho enfatiza ainda que não se deve confundir gestão social como uma forma de substituir o papel do estado pela sociedade civil, mas “trata-se apenas de afirmar que o político (enquanto dimensão constitutiva da vida humana associada) não é atribuição exclusiva do estado como instituição”. Ou seja, não deve ser entendido como transferir ações e obrigações à sociedade civil, mas entende-la como co-participante em todo o processo da política pública.

Gestão social seria assim como uma possibilidade de transformar e moldar as políticas públicas à realidade local. Para que se possa construir políticas públicas que leve em consideração a das localidades em construir seu próprio desenvolvimento abarcando suas especificidades.

4. Programa Nacional de Alimentação Escolar

O PNAE, política pública alvo deste trabalho, é um programa de governo que foi criado no ano de 1955 no intuito de oferecer às escolas públicas alimentação gratuita. Para a concretização deste programa foi necessário contar com o apoio de organizações internacionais, como a Unicef, o que promoveu o seu fortalecimento e sucesso como programa que visava “contribuir para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional” (FNDE, 2016).

A partir da constituição de 1988 o PNAE se tornou um direito consolidado para o ensino fundamental de escolas públicas através do inciso VII do artigo 208 em que determina que: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: VII -

atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (Art. 2008, inciso VII, da Constituição Federal Brasileira de 1988, grifos nosso). Para tanto, foi criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE que tem o dever, além de outras atribuições, de repassar recursos financeiros às instituições de ensino, ficando a cargo do estado e município complementar tal recurso para a alimentação escolar.

Ao longo dos 61 anos de sua trajetória o PNAE sofreu modificações nas leis que o regulamenta a fim de aprimorar o programa, diminuindo a burocracia e inserindo novos elementos que promovesse soberania e segurança alimentar além de apoiar o desenvolvimento territorial. Portanto em sua evolução vários pontos de reestruturação contribuíram para tornar o programa mais flexível e acessível. Um deles foi a criação da Lei Nº 11.947, de 16 de junho de 2009 que determina que as instituições gestoras devam destinar 30% da receita proveniente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) na compra de produtos alimentícios provenientes diretamente da agricultura familiar.

Nesse estudo buscou-se compreender se a inserção da agricultura familiar na lei que regimenta o programa potencializou não somente os objetivos do programa, mas, no caso do Alto Jequitinhonha ganhou alcance que ultrapassam os muros das escolas e os limites municipais? Criou possibilidades de fortalecer o desenvolvimento local/regional por meio de uma alimentação mais saudável de raízes regional, favorecendo a comercialização de circuitos curtos, gerando mais renda no meio rural e consequentemente aquecendo a economia local?

5. Organizações de lavradores e o PNAE: o caso de Turmalina

Desde meados do século XX, o Jequitinhonha foi também alvo de intervenções governamentais adotadas em todo o país para as áreas rurais pois acreditava-se que o "atraso" devia-se à estrutura produtiva agrária que o país herdara do período colonial, sendo então necessário modernizá-la. Para tanto, alterou-se profundamente as relações de trabalho e produção sem modificar a estrutura fundiária, ao contrário, aprofundou-se a concentração de terras, como foi o caso da expropriação de terras para a implantação de monocultivo de eucalipto. Por meio de subsídios e concessões de “terras devolutas” à empresas foram implantados, no Alto Jequitinhonha, na década de 1970, extensos monocultivos de eucalipto que expropriaram vastas áreas de chapadas. Este projeto veio com o lema de desenvolver uma região que carregava um estigma de pobreza e de estagnação econômica.

O desconhecimento da realidade local e da dinâmica de relação que as comunidades rurais construíram com o meio em que viviam, acarretaram sérios danos ambientais e sociais. Pois as vastas áreas de chapadas - platôs - que foram ocupadas por essas empresas possuíam um domínio e relação produtiva marcante para a população local, sendo consideradas como áreas de uso comunal usadas para pastos na criação extensiva de gado, pequenas plantações pontuais e extrativismo vegetal na coleta de frutos, lenha e plantas medicinais. Já as grotas que se localizam nas áreas de depressão - sopé das chapadas - eram locais de morada e onde se encontram os melhores locais para plantios, devido a uma maior fertilidade da terra e disponibilidade hídrica. As populações agricultoras se estabeleceram nestas áreas, onde fazem sistemas de lavouras policultores, voltadas, principalmente para o autoconsumo familiar criando uma dinâmica de uso e reprodução social baseada na articulação de agroambientes no complexo "chapada/grota" .

A intervenção estatal baseada na concentração das terras de chapadas por grandes empresas trouxe uma confluência de visões de mundo, pois para a população local “a posse da terra emerge como expressão de relações de uso e, conseqüentemente, de trabalho” (Galizoni, 2007) e não pela propriedade privada por vias econômicas. Logo se constitui um campo de

embate, pois as populações camponesas que usufruíam dessas áreas viram seus espaços de reprodução serem drasticamente reduzidos às grotas. O monocultivo nas chapadas ocasionou grandes danos ambientais (escassez hídrica, exaustão dos solos, erosão, assoreamento, pressão de uso das grotas, entre outros) e sociais (expropriação fundiária, minifúndios, insegurança alimentar, etc.) ao promover alterações na dinâmica da paisagem e no modo de vida das populações lavradoras que ali habitavam há séculos.¹

No município de Turmalina localizado no Alto Jequitinhonha encontra-se uma experiência densa de organização de lavradores. É fruto de um processo político de mobilização, luta para defender seus modos de vida se materializou na constituição de duas organizações: o Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV) e Associação de Feirantes de Turmalina (AFTUR).

O CAV foi criado em 1994 por mobilização de agricultores familiares organizados no Sindicato de Trabalhadores Rurais, com o apoio da igreja católica e outras organizações da sociedade civil. O nome é uma homenagem à um agricultor, Vicente Nica, símbolo de luta camponesa contra as tomadas de terras por fazendeiros e grileiros na região. Conflito por terra com fazendeiros e ou empresas que se instalaram na região na década de 1970, assim como as degradações ambientais decorrentes de tais atividades econômicas, que incidiram no modo de vida da população local foi a força motriz que gerou a mobilização e organização dos agricultores familiares em defender seus direitos. Dessa necessidade surgiu a ideia de se criar o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Turmalina. O CAV, surgiu no interior do sindicato como uma forma de pensar e criar alternativas para as famílias de agricultores que combinasse produção de alimentos com conservação da natureza; teria como objetivo secundário inserção e captação de recursos e políticas públicas.

O CAV se tornou uma sólida organização de base lavradora no município e em boa parte do Alto Jequitinhonha. Em 2006 apoiou fortemente a criação da AFTUR, através da percepção que a feira livre era o principal canal de comercialização e um instrumento de fortalecimento da agricultura familiar local, fonte de renda para as famílias, espaço de consolidação da soberania e segurança alimentar da população. A AFTUR surgiu assim como uma experiência piloto para fortalecer a feira livre municipal como uma canal de comercialização da produção de comunidades de lavradores e de abastecimento com qualidade da população urbana. Em 2016 contava com 102 associados – agricultores e agricultoras de Turmalina e sua experiência havia se multiplicado por mais 4 municípios do Jequitinhonha.

No município de Turmalina a presença de agricultores familiares é marcante. Distribuídos pelo território entre 43 comunidades rurais; conforme levantamento preliminar da Emater, há no município aproximadamente 1793 agricultores familiares, sendo a agricultura a principal atividade economia do município.

O acesso a terra na região se dá, predominantemente, pela relação de parentesco e herança², onde a terra de posse de seus ancestrais é transferida de pais para filhos. Ao longo do tempo a partilha da terra se torna insustentável, pois as sucessivas fragmentações limitam o espaço de reprodução de uma unidade familiar, não sendo suficiente para o desenvolvimento de atividades de produção. Geralmente a sucessão do terreno familiar é transferida ao filho que possui mais jeito com a lida no campo, este procura forma de comprar o direito da posse dos outros irmãos, tios, sobrinhos ou dos próprios pais, podendo ocorrer caso de compras de

¹ sobre expropriação das chapadas e seus impactos ambientais e sociais ver principalmente Calixto e outros (2009) e Lima (2013).

² Na região os sistemas de herança e posse da terra foi estudado por Galizoni (2007).

terrenos de vizinhos ou em outras localidades próximas. Em conversa com os agricultores foi relatado a compra de terrenos dos parentes que abandonaram o local de origem e migraram definitivamente para a cidade sede do município ou para outros locais no estado e fora dele. Isto tem solucionado o problema de pouco espaço de produção e reprodução que lhe cabe de herança sendo uma estratégia para completar a unidade familiar.

A criação de bovinos é dificultado pela limitação de espaço e manejo extensivo, os que possuem esse tipo de criação possuem terreno maior ou tem que arrendar terras, c O que se percebe nas unidades familiares é a predominância de criação de galinhas, toda residência há um galinheiro que tem a função de alimentar a família e em alguns casos é vendido os ovos e o frango vivo, na própria comunidade ou na feira. Verifica-se também em proporção considerável a criação de porcos e alguns equinos para carga, assim como algumas experiências pontuais de criação de peixe e bode.

O ritmo do trabalho na unidade familiar é ditado pelo tipo de produção. Nota-se que quase todas as unidades no município possuem característica policultora com cultivo de roça, pomar, horta e beneficiamento de produtos variados. O primeiro são os mantimentos principais produtos da alimentação regional que são cultivados no período das águas, tradicionalmente se cultivam feijão, feijão andu, milho, cana e mandioca. Nesse período há também o cultivo de algumas verduras como chuchu, quiabo, maxixe, abobora e jiló. No pomar há cultivo de algumas frutas sendo as principais: banana, maracujá, goiaba, manga, acerola, abacate, laranja e mamão. Cada fruta tem o seu tempo de dá frutos ao longo do ano. Já a horta para muitos tem tempo certo, ao findar das águas em abril até setembro, período em que a seca se intensifica. Portanto é a época da seca que se levanta os canteiros, mas quando a estiagem é forte e longa a horta cai a sua produção pela água que se escasseia e a insolação que castiga. Os principais produtos da horta são: alface, couve, cebolinha, mostarda, salsa, cenoura, beterraba, alho, cebola de cabeça, pimentão e repolho.

Nas unidades familiares uma das épocas que os agricultores demandam maior força de trabalho é o período de início das águas, outubro - dezembro, pois é o tempo de plantar roça e o trabalho de preparo e cultivo do terreno é árduo. E a recente crise hídrica e mudanças climáticas tem tornado este trabalho ainda mais árduo através da inconstância das chuvas que não permanece, perdendo assim todo roçado ou parte dele e novamente tem que se realizar o mesmo trabalho. Muitos dos entrevistados relataram a inconstância do tempo para cultivar, já não há mais época de plantar e colher, pois já não se sabe quando e até quando vai chover o que prejudica a produção de alimentos. O cultivo da horta também demanda trabalho no trato diário que exige, e é realizado no período da seca de abril a agosto, após este período, a seca se intensifica e as fontes de água míngum, assim os agricultores tem que reduzir os seus canteiros.

Outro período que demanda maior trabalho é o período da seca com o cultivo de hortas, pois segundo os agricultores horta dá mais trabalho todo dia tem que acompanhar, estar realizando trato com mato que cresce, com pragas que atacam, com o ciclo curto de cultivo e na época de seca mais intensa demanda mais irrigação, para quem realiza o trabalho manual é demandado bastante tempo na realização desta tarefa que é diária. Já alguns acreditam que a intensidade do trabalho na unidade é igual durante o ano inteiro, geralmente estes são os que fazem uso de irrigação e possuem cultivo especializado.

Mas nota-se que fatores como crise hídrica, adoção de sistema de irrigação e melhoria de renda tem contribuído para uma regularidade da força de trabalho ao longo do

ano, não amenizando as demanda de trabalho com a sazonalidade, ou seja, reduzindo a maior demanda de força de trabalho em determinado período do ano. Pois, quando se tem maior demanda de trabalho o agricultor, geralmente, possui melhor condição financeira para pagar um diarista, ou quando não tem troca dia. E quando há escassez de água utiliza-se sistema de irrigação em períodos de seca.

O trabalho nas unidades é plenamente mão de obra familiar, muitas compostas pelo casal dão conta de tocar a unidade, outras contam com a ajuda de filhos que residem na unidade ou fora dela e quando o trabalho aperta aparece para dá uma mãozinha. Mas é comum no município os agricultores contratarem diaristas em média 1 a 2 somente em períodos de extrema necessidade como época de levantar o roçado, colheita ou no trato do cultivo. Já em Datas não há o hábito de contratar diarista, mas quando o trabalho na unidade aperta há o costume de “trocar dia” com o vizinho ou com os próprios parentes. A exemplo o Sr. José Adão, 50 anos da comunidade Ponte Funil em Turmalina contrata 1 diarista para amarrar os pés de tomate e conta com a ajuda dos filhos que residem com ele e um que mora na comunidade.

No município de Turmalina existem em média 43 comunidades rurais bem distribuídas no território do município, mas destas em torno de dez participam do programa do PNAE, equivalente a 23% do total. Essa participação reflete em uma diferenciação espacial no município quanto à produção e disponibilidade de recursos da natureza principalmente água. Há localidades que são contemplados com uma maior disponibilidade desses recursos, especialmente os que localizam próximos a cursos de água de maior porte, como o rio Itamarandiba, região de Ponte Funil, e Rio Araçuaí e Ribeirão Boa Vista, onde se concentra as comunidades de Boa Vista, Mato Grande e Vargem Funda. São exatamente nessas comunidades que se concentra maior produção de alimentos, assim como maior número de agricultores familiares, e conseqüentemente maior participação no programa do PNAE. Assim o fator água é primordial no processo de produção de alimentos, ainda mais em uma região localizada na faixa de transição para o semiárido. Muitas comunidades do município possuem escassez deste recurso o que tem afetado o sistema produtivo, como limitação da agricultura e perdas de produção. As que possuem maior disponibilidade ainda conseguem produzir satisfatoriamente para auto consumo e comercialização, mas já demonstram preocupação e buscam alternativas de economia e preservação dos recursos hídricos por verem suas fontes reduzirem ano após ano.

O que representou para as organizações de agricultores familiares de Turmalina participar do PNAE? O programa atingiu seus objetivos? Quais foram os ganhos efetivos para as famílias de agricultores.

Ao narrar o contexto da política local e o histórico da gestão do PNAE em Turmalina os agricultores e técnicos contam que, quando o PNAE entrou em vigor no ano de 2009, todos no município tinham dificuldade em lidar com o processo burocrático do programa. As escolas não realizavam as compras da agricultura familiar alegando que no município não tinha produção. Por outro lado os agricultores não tinham informação sobre o PNAE e desconheciam o programa, logo não o buscavam. Com o passar do tempo e a prática cotidiana o aprendizado sobre o PNAE foi sendo construído, pois de acordo com um técnico “*burocracia só é sentida quando não se domina seus processos*”. Um fato comum que se depara sempre quando se faz pesquisa sobre o PNAE ou outras políticas públicas, a qual se ouve muitos relataram como problema na execução do programa a falta de conhecimento, de sabedoria ou dificuldades do agricultor em lidar com os projetos ou a burocracia dos programas. Para os técnicos e agricultores pesquisados esse discurso não procede, pois os(as) agricultor(as)

quando tem contato e aprendem o funcionamento criam mecanismo de eficiência do programa e se torna também um fiscalizador impedindo qualquer tipo de manobra dentro do processo. A análise das entrevistas no município de Turmalina junto às instituições gestoras do recurso do programa do PNAE, escolas Estaduais e prefeitura, demonstram que o processo de compra de alimentos da agricultura familiar é bem parecido nas duas instituições, pois há no município instituições da sociedade civil de base organizativa sólida que de forma direta e incisiva participam da gestão do programa no município.

A compra de produtos alimentícios da agricultura familiar pela prefeitura passa por vários setores que apóiam o programa, mas a administração é realizada pelas nutricionistas. No município são 27 escolas municipais sendo 11 rurais e 3 na sede, desse total há 9 creches sendo 4 rural e 5 urbana, onde são atendidos 1822 alunos no ano de 2016. As chamadas públicas são lançadas duas vezes no ano e no documento já vêm estabelecido os preços dos produtos conforme média da pesquisa de preços realizadas nos supermercados, pela prefeitura e na feira livre pela AFTUR (Associação dos Feirantes de Turmalina). A AFTUR é uma importante apoiadora do programa participando efetivamente do processo de gestão do PNAE, pois a mesma se encarrega de realizar a pesquisa de preço dos produtos alimentícios na feira livre, bem como sondar junto aos agricultores os produtos que estão sendo produzidos no momento da chamada e os que poderão ser ofertado ao longo do ano. Outra parte importante que fica a cargo da AFTUR é a organização dos agricultores interessados em participar do PNAE. A eles é apresentada a chamada pública e concordado a divisão dos produtos entre os interessados que se dispõem dos mesmos em sua unidade de produção, dessa forma nenhum interessado em participar do programa fica de fora. Posteriormente a AFTUR preenche o formulário padrão do projeto de venda cedido pela prefeitura para cada agricultor que participam do grupo informal e repassa para a prefeitura dentro de um único envelope, onde a mesma também recebe propostas de venda individuais do município e de municípios vizinhos. Outras instituições como o CAV e Emater também trazem contribuições ao programa assessorando o agricultor em sua participação no programa, seja tirando suas dúvidas e dificuldades, divulgando, promovendo assistência técnica na produção e fiscalizando.

A próxima etapa fica a cargo da prefeitura que é a seleção dos agricultores que irão fazer a entrega. A prioridade é dada a agricultores do município, somente quando não há proposta destes que abrem oportunidade para outros municípios, a exemplo temos a participação de uma cooperativa do município de José Gonçalves de Minas que realiza entrega de polpa de frutas. Portanto, no processo de compra de produtos da agricultura familiar pela prefeitura não há a etapa de abertura dos projetos em reunião. Vencido o dia limite de recebimento de propostas, há abertura dos envelopes e conferência de documentação pelas próprias responsáveis que realizam a seleção e divisão da demanda conforme critérios instituídos pelo FNDE entre os participantes, de forma que todos participem.

Próxima etapa é a celebração dos contratos dos projetos selecionados, estes são assinados pelos agricultores que farão a entrega. A assinatura é realizada na própria prefeitura de Turmalina, para os que dispõem e tem facilidade para irem durante a semana na cidade; e para os que não têm é repassado para AFTUR para que a mesma colha as assinaturas dos agricultores no sábado durante a feira livre. Oficializado os contratos é estabelecido um cronograma de entrega, geralmente os agricultores realizam entrega de produtos semanalmente de acordo com a demanda das escolas. Estes produtos são entregues em um centro de distribuição da prefeitura ou na própria escola, pois devido a um número expressivo de escola nas zonas rurais, quinze unidades de ensino, alguns agricultores que residem

próximos a elas realiza a entrega direto, facilitando à logística. Última etapa é o pagamento que é realizado via transferência bancária.

Analisando o mesmo processo nas escolas estaduais, nota-se que há pouca diferença no processo de compra de alimentos da agricultura familiar. No município existem seis escolas estaduais todas urbanas e uma delas de educação especial, o CESEC. A chamada pública é elaborada pelo profissional ATB financeiro e o diretor (a) da escola, cujos mesmos administram o programa. Geralmente é realizada apenas uma chamada por ano, mas em casos excepcionais, a depender da necessidade da escola realiza-se duas. Este documento, além de ter ampla divulgação local é publicado no jornal IOF do estado. Na chamada já é estabelecido o preço dos produtos que é uma média da pesquisa de preço de três estabelecimentos locais, comércio e feira livre. A diferença no processo estar no projeto de venda, a escola recebe proposta de grupos informais e individuais em formulário padrão instituído pelo FNDE, o primeiro é organizado e elaborado pela AFTUR que encaminha em um único envelope as propostas e documentação de todos os agricultores do grupo. Já a segunda forma é realizada entrega individuais de propostas de agricultores que não se inserem no grupo.

Em dia e hora marcada ocorre à abertura dos projetos em reunião na própria escola, onde se acorda a divisão dos produtos que é realizada conforme escala de critérios de seleção instituída por resolução do FNDE ou por divisão entre os agricultores em forma de rodízio de dois em dois meses ou três. A entrega dos produtos alimentícios é realizada regularmente toda semana na própria escola. Conforme a demanda por produtos, organizados pelo cardápio, alguns agricultores entregam semanalmente outros quinzenalmente. O transporte utilizado é diversificado alguns que possuem veículo próprio, carro ou moto, o utilizam para a entrega, assim como fazem uso do transporte escolar, e carro da feira. Já o pagamento é realizado via repasse de cheque dividido em parcelas de três a cinco vezes ao longo do ano.

Percebe-se que quem participa do programa são agricultores do próprio município de Turmalina, com exceção de alguns produtos que não se encontra disponível no território faz-se necessário buscar em outros que são vizinhos, como Inhame em Minas Novas e polpa de fruta em José Gonçalves de Minas. Portanto há um estabelecimento de circuitos curtos de comercialização, onde os produtos percorrem distâncias e tempo pequenos desde sua origem até seu destino, com máximo de 96,7 Km percorridos.

Em 2015 a prefeitura de Turmalina comprou da agricultura familiar os seguintes produtos:

Alimentos comprados da agricultura familiar	
2015	Alho, amendoim, inhame, laranja pêra, laranja mexerica, maracujá, banana prata, banana caturra, polpa de fruta, couve, repolho, salsa, batata doce, cebolinha, cenoura, couve, repolho, alface lisa, beterraba, brócolis, cariru, coentro em folha, feijão verde, mostarda, abacaxi, coentro em semente, abobrinha, abobora moranga, andu verde, cebola, couve flor, corante urucum, limão, mandioca mansa, mamão maduro, pimentão, repolho verde, salsa, tomate, vargem, chuchu, abacate, rabanete e mel.

Esta diversidade de produtos representa os mesmos alimentos que são encontrados nas feiras livres, portanto, são produtos que fazem parte da produção e cultura alimentar local. O que muda são os pratos servidos que fazem uso da criatividade das cantineiras e nutricionistas. A avaliação que os gestores fazem dos produtos da agricultura familiar é consensual: aprovam e reconhecem a qualidade por serem frescos e isentos de produtos químicos.



Figura 1: Agricultor familiar da comunidade de Ponte do Funil, Turmalina/MG.

Fonte: Ana Jacqueline Sales Santos, 2016.

A figura demonstra a combinação de estratégias agricultores familiares de parte dos agricultores do Jequitinhonha: a moto com recursos da migração sazonal, o carro adquirido por meio do Pronaf e as embalagens para levar produtos para as feiras livres semanais e para o PNAE.

6. Considerações finais

A análise dos dados de campo demonstrou que em Turmalina há uma gestão social compartilhada do programa, pois quem gere os recursos financeiros para alimentação escolar (escolas estaduais e prefeitura) conta com um apoio administrativo, organizativo, técnico na produção, divulgação, informação e de fiscalização das instituições públicas e da sociedade civil: Emater, AFTUR e CAV. A primeira é encarregada de fiscalizar e conferir as DAPs, verificando a condição de agricultor familiar dos interessados em participar do programa e dá suporte técnico na produção das unidades familiares do município. A segunda instituição tem participação efetiva ao se encarregar de reunir os agricultores interessados em participar, fazer levantamento da produção local, realizar a divisão da demanda com a oferta de cada agricultor, interlocução entre as escolas e os agricultores com assinatura de documentos e entrega de produtos. Já o CAV possui participação na divulgação, assistência técnica na produção agroecológica, informação e capacitação. Esse tipo de gestão compartilhada se estabelece diante uma forte e consolidada organização de base que é característico do município de Turmalina.

Dessa forma é percebido no município de Turmalina que os próprios agricultores fiscalizam qualquer possibilidade de irregularidades e quando detectam acionam logo as instituições denunciando e pressionando para uma efetiva atuação dos órgãos. Como exemplo, escolas que estava comprando produtos de "falsos agricultores" que compravam verduras no Ceasa e tentaram vender para as escolas. Quando ocorrem esses fatos são convocadas reuniões onde participam à escola, representantes dos agricultores e todas as instituições que participam da gestão compartilhada do programa e entre si tentam solucionar os problemas chamando os envolvidos. O CMDRS (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável) do município se torna palco dessas discussões onde se formou uma comissão para investigar e solucionar os problemas postos.

Outro ponto positivo em uma sociedade organizada e constituída por instituições representativas é a busca por conhecimento. Foi relatado que sempre ocorrem no município seminários formativos demandados pelos próprios agricultores sobre temáticas que são novas ou ainda não dominadas, como o caso do seminário ocorrido recentemente sobre o PNAE e PAA, onde se convida alguém no próprio município, nas intermediações ou até mesmo parceiros das instituições de base que dominam o assunto para um encontro de formação. Há também uma preocupação da população em aprofundar sobre determinados assuntos, conhecer o seu meio e recursos, como é o caso de pesquisas que encomendam junto às universidades. Esse tipo de ação de organizações de agricultores familiares população local em aprofundar suas informações, é uma forma de estratégia encontrada não somente para ter conhecimento de uma nova situação, como encontrar alternativas para conviver com o novo ambiente.

O PNAE no município de Turmalina possui um bom funcionamento e tem sido uma política pública efetiva ao qual se propõem, o fortalecimento da agricultura familiar local. O tipo de gestão compartilhada que se criou no município com a participação efetiva de instituições públicas e não governamentais possibilitou este grande feito que tem sido exemplo de gestão do PNAE e organização da sociedade civil de base que tem se expandido a outros municípios. A princípio o PNAE tem ampla divulgação não somente em locais públicos, mas através de funcionários e agricultores que fazem a divulgação entre os agricultores locais. Estes possuem ampla participação em associações, as quais realizam a interlocução entre os programas públicos e o agricultor, sendo um ponto de apoio ao amenizar as dificuldades que o agricultor tem ao esbarrar com as burocracias. O agricultor além de produzir para o consumo da familiar tem aumentado sua produção pelas oportunidades de mercado que tem surgido. Geralmente já era de costume levar produtos à feira para venda e recentemente o comércio local tem se conscientizado em comprar produtos do agricultor, assim como a criação de políticas públicas que abrem mais um canal de comercialização para o agricultor local através dos mercados institucionais

7. Referências bibliográficas

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Em Tese: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2, nº 1, (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.

Brasil, conversão da medida provisória, nº455 de 2008, Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009. disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm> Acesso em 18 de junho de 2016.

CALIXTO, J. S. Trabalho, terra e geração de renda em três décadas de reflorestamentos no alto Jequitinhonha. RESR, Piracicaba, SP, vol. 47, nº 02, p. 519-538, abr/jun 2009. 2009.

CANÇADO, Airton Cardoso; TENÓRIO, Fernando Guilherme; PEREIRA, José Roberto. Gestão Social: reflexões teóricas e conceituais. Cad. EBAPE.BR, V.9. nº 3, artigo 1, Rio de Janeiro, set. 2011.

FACÓ. Rui. Cangaceiros e fanáticos. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1976.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Definindo Gestão Social. I Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, Juazeiro do Norte – CE. 23-25/05/2007.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Agricultura familiar: Aquisição de produtos da agricultura familiar para o programa nacional de alimentação escolar. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/agricultura-familiar>> Acesso em: 20 de Junho de 2016.

FURTADO, Celso. O subdesenvolvimento revisitado. **Economia e Sociedade**, v. 1, ago. 1992. P. 5-19.

GALIZONI, Flávia. A terra construída, Família, trabalho e ambiente no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. 2007, Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil. 126p. Série BNB Teses e Dissertações, n.10

GALIZONI, Flávia Maria. Águas da vida : população rural, cultura e água em Minas.2005. Tese (doutorado em Ciências sociais) Instituto de Filosofia e ciências humanas, Campinas, SP.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA. AGRICULTURA – Agricultura em família. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2512:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 17 de junho 2016

LIMA, V. M. P. Secas e Águas: alterações na dinâmica da água no Alto Jequitinhonha. In: GALIZONI, F, M. **Lavradores, Águas e Lavouras**: estudos sobre gestão camponesa de recursos hídricos no Alto Jequitinhonha. 1 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. p. 99-124.

MACHADO, Aline Maria Batista. O percurso histórico das ONGs no Brasil: perspectivas e desafios no campo da educação popular. IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”. UFPB, João Pessoa, 2012. IBSN 978-85-7745-551-5.

MALINOWSKI, B. Argonautas do pacífico ocidental. São Paulo (SP): Abril Cultural, 1976.

MALUF, Renato Sergio Jamil. Segurança alimentar e nutricional, Conceitos e fundamentos. São Paulo, Petrópolis: Editora vozes. 2007.

MALUF, Renato Sergio Jamil; MENEZES, Francisco. Caderno segurança alimentar. Disponível em: <http://ideiasnamesa.unb.br/upload/bibliotecaIdeias/1391606568Caderno_Seguranca_Alimentar.pdf>. Acesso em 10 de junho de 2016.

MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. In: _____. Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes. 3ª ed. p. 21-102.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Edições 70, Portugal, 2008. Tradução Antônio Filipe Marques.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Os termos do debate sobre a reforma agrária no Brasil. In: _____. Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD. 2002. p.13- 41.

MELLO, Frederico Pernambucano de. Gerreiros do sol – violência e banditismo no Nordeste do Brasil. São Paulo: A Girafa, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

Ministério de Desenvolvimento Agrário. A força da Agricultura Familiar. Disponível em <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/força-da-agricultura-familia>>. Acesso em: 16 de junho de 2016.

MOREIRA, Roberto José. Críticas ambientalistas à Revolução Verde. Estudos Sociedade e Agricultura, 15, Rio de Janeiro, outubro 2000: p. 39-52.

MOURA, M. M. Os deserdados da terra. Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil, 1988.

ORTEGA, Antônio César. Territórios Deprimidos - desafios para as políticas de desenvolvimento rural. Edufu, Uberlândia. 2008.

Portal da transparência, Controladoria geral da união. Merenda escolar, Programa Nacional de Alimentação Escolar. Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/aprendaMais/documentos/curso_PNAE.pdf>. Acesso em: 27 de junho de 2016.

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: _____. A pesquisa qualitativa – enfoques epistemológicos e metodológicos. Org. Jean Poupart, et al. Vozes, 2008.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1969.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. Gestão social: uma perspectiva conceitual. RAP, Rio de Janeiro, 32 (5), 7-23, Set./Out. 1998.